

### **Servidores de C&T afirmam que correção de portaria não é suficiente**

A repercussão negativa dos efeitos da Portaria 1.122/2020, publicada pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação, Marcos Pontes, em meados de março, teve efeito. Nesta segunda-feira, 30, foi editado novo documento que altera a portaria anterior e inclui "pesquisa básica, humanidades e ciências sociais" nas áreas prioritárias de incentivo. Entretanto, o SindGCT pondera que ação, apesar de representar avanço, não é suficiente para atender as necessidades da comunidade acadêmica.

Isso porque a inclusão e a redação do novo trecho à portaria em questão é genérico e, mais uma vez, não foi construído em diálogo com a comunidade. Para o presidente do Sindicato de Gestores em Ciência e Tecnologia (SindGCT), Roberto Muniz, o acréscimo foi feito à meia boca. "O documento não estabelece nenhuma prioridade nas ciências humanas, que ele chamou de 'humanidades', ou nas ciências básicas para que elas avancem e possam contribuir com o desenvolvimento do País. Queremos uma portaria séria, feita com diálogo, e que inclua as prioridades que faltam", comentou.

A resposta do MCTIC, segundo análise do SindGCT, foi dada para encerrar as críticas que a pasta estava recebendo, mas foi feita às pressas. "A gente não quer remendo, continuamos solicitando diálogo com o ministro", disse Muniz, afirmando que Marcos Pontes nunca recebeu a categoria para ouvir as contribuições de especialistas na área. Em nota, o sindicato, filiado à Condsef/Fenadsef, defendeu que a ciência é um sistema complexo e cada parte deste sistema deve ser entendida e respeitada. "Desconsiderar isto ao estabelecer prioridades, excluindo setores inteiros destas prioridades ou subordinando-os às tecnologias comercializáveis não nos levará ao progresso que almejamos e necessitamos", escreveu a entidade.

### **Corte de bolsas**

Outra portaria que assombra a área de ciência e tecnologia é a 34/2020, publicada pela Capes no início de março. De acordo com sua redação, o documento estipula redistribuição de bolsas de pesquisa, retirando incentivos de programas mais necessitados e deslocando-os para departamentos de referência, que geralmente têm mais facilidade de financiamento. Entretanto, Muniz alega que pesquisadores e pós-graduandos de todos os programas de pesquisa das universidades brasileiras, incluindo os bem avaliados, estão reclamando de cortes.

A Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) divulgou nesta segunda-feira, 30, levantamento prévio que aponta para perda de mais de 3 mil bolsas em todo o País. Participaram da coleta de dados 12 instituições de ensino que, juntas, sofreram cortes de 1.961 bolsas de mestrado e 1.219 bolsas de doutorado. Ao portal da Associação, a presidenta da entidade reclamou de falta de transparência por parte do governo.

"A Capes divulgou que teve aumento de 3.386 bolsas em 2020, mas ela não apresentou nenhuma informação sobre onde e em quais programas foi esse acréscimo. Por isso, estamos tentando fazer nosso mapeamento. O que existe de concreto é que centenas de pós-graduandos têm nos informado que suas bolsas foram cortadas, mesmo quem já tinha assinado os termos", afirma.

A Condsef/Fenadsef, representante dos gestores em Ciência e Tecnologia repudia as investidas contra a área. "Em um momento de negação total e completa à ciência, em que observamos um presidente da República ir contra dados concretos e um ministro da Educação que mal-diz as universidades brasileiras, é necessário mais do que nunca união entre a comunidade acadêmica, os servidores públicos e os estudantes. Só com pesquisa é possível combater a pandemia do coronavírus, a desigualdade social, a pobreza crescente e governos ignorantes", afirmou o Secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva.

## **CDTN - Atividades de trabalho remoto são prorrogadas até o dia 30 de abril de 2020**

A Direção do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) enviou comunicado aos servidores do órgão em que informa a prorrogação das atividades de trabalho remoto até o dia 30 de abril de 2020. O comunicado informa ainda que tal data poderá ser alterada, dependendo do cenário geral no qual estamos inseridos, o qual continuará sendo monitorado.

### **Servidores da ativa devem cobrar das chefias o lançamento das notas da avaliação de desempenho**

O Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) já está aberto para o lançamento das notas relativas aos 10º ciclo. Todos os servidores da ativa devem procurar sua chefia imediata e lembrá-las do prazo, sob pena de terem o pagamento da gratificação suspenso.

Os avaliadores são as chefias diretas, inclusive para quem está cedido a outro órgão ou aos estados e municípios. O avaliador deve entrar no site de gestão do seu órgão e lançar as notas. Só depois os avaliados poderão acessar o mesmo site e validar a nota.

Caso o servidor não concorde com a avaliação ele deve enviar recurso, do mesmo jeito que deve recorrer, caso o seu avaliador não lance a nota.

Quem ainda não está cadastrado no SAD deve clicar no link "AINDA NÃO ESTÁ CADASTRADO", preencher todos os dados e escolher o Sistema SAD. Uma senha será enviada pelo suporte.siarh ao e-mail informado no ato do registro. Após isso é necessário informar por e-mail o nome e o CPF do novo avaliador para que seja incluído no sistema. O passo a passo serve também para cadastrar os novos avaliadores.

Como a validação da nota não depende apenas do servidor, é importante que cada um procure sua chefia imediata, cobre, agilize, para não ter prejuízos financeiros. Outras informações podem ser obtidas no Recursos Humanos de cada órgão.

### **Prorrogação de prazo**

O SINDSEP-MG vai enviar um ofício ao Ministério da Saúde pedindo a ampliação do prazo do 10º Ciclo de Avaliação de Desempenho em função da pandemia de coronavírus e epidemia de dengue.

### **Governo prorroga prazo de entrega da declaração do IR por dois meses**

Cerca de 32 milhões de pessoas físicas ganharam mais dois meses para entregarem a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. O prazo, que acabaria em 30 de abril, foi estendido para 30 de junho, anunciou há pouco o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

Segundo o secretário, apesar de a entrega das declarações neste ano estar em ritmo superior ao do mesmo período do ano passado, a Receita concordou em prorrogar o prazo depois de ouvir relatos de contribuintes confinados em casa com dificuldades em obter documentos na empresa ou de conseguir recibos com clínicas médicas para deduzirem gastos.

"O ritmo de entrega continua bom. Até ontem, tínhamos recebido 8,8 milhões de declarações, 400 mil a mais que no mesmo período do ano passado. Isso representa 27% do esperado. Porém decidimos pela prorrogação por demanda de contribuintes confinados em casa, mas que relatam a falta de documentos ou documentos que estão na empresa, no escritório ou na clínica. Eles estão com dificuldade momentânea de obter todos os documentos necessários", explicou.

Tostes também anunciou a total desoneração, por 90 dias, de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito. A medida terá como objetivo baratear as linhas emergenciais de crédito já anunciadas pelo governo. Segundo ele, o governo deixará de arrecadar R\$ 7 bilhões com a desoneração.

A última medida anunciada pelo secretário foi o adiamento das contribuições de abril e de maio para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição patronal para a Previdência Social, paga pelos empregadores. As parcelas só serão pagas de agosto a outubro, permitindo a injeção de R\$ 80 bilhões na economia.

### **Em nova MP, governo vai autorizar corte de salário e de jornada em até 100%**

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) publicou, na noite desta quarta-feira (1º), nova medida provisória (MP) no âmbito da pandemia de coronavírus no Brasil, desta vez autorizando corte de salários e jornadas dos trabalhadores formais durante a crise, como medida para "combater o desemprego". As reduções poderão ser feitas em qualquer percentual, inclusive da totalidade do salário, e têm prazo máximo de 90 dias.

A nova medida também libera a suspensão de contratos de trabalho por até dois meses, mas estabelece o pagamento do seguro-desemprego nesses casos. Em linhas gerais, os trabalhadores abrangidos pela MP receberão uma compensação do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão – , o valor do seguro-desemprego varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03.

A complementação tem regras diferentes conforme o porte da empresa. No caso de uma companhia enquadrada no Simples (faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões), o empregador não precisa dar compensação ao trabalhador durante os dois meses de suspensão do contrato de trabalho e o governo vai bancar 100% do valor do seguro-desemprego.

A empresa que fature mais de R\$ 4,8 milhões anuais terá de pagar ao menos 30% do salário (pagamento que não terá natureza salarial). Neste caso, o governo entra com 70% do valor do seguro-desemprego.

A medida provisória também define regras para a redução de carga horária, que poderá durar até três meses. Pelas regras do programa, nenhum trabalhador poderá ter remuneração inferior a um salário mínimo após o corte de jornada.

Segundo o Ministério da Economia, a suspensão dos contratos ou redução de salário e jornada devem alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada e espera-se evitar pelo menos 8,5 milhões de demissões.

A MP entra em vigor após sua publicação, prevista para hoje (02) e poderá ser imediatamente adotada pelos empregadores – caberá ao Congresso apreciar o texto.

## Plantão psicológico online

**O Serviço de Psicologia, em parceria com a Psicologia Organizacional do HU-UFJF, com o intuito de apoiar, acolher e cuidar dos colaboradores e gestores do HU-UFJF em tempos de enfrentamento da COVID-19, elaborou uma escala para escuta qualificada online (Plantão Psicológico).**

Quem pode utilizar?

**Residentes, empregados e servidores do HU-UFJF que estejam enfrentando estresse e sentimentos de medo e angústia decorrentes do enfrentamento da COVID-19**

Como solicitar atendimento?

**Enviar e-mail para [plantaopsihuufjf@gmail.com](mailto:plantaopsihuufjf@gmail.com) solicitando atendimento. Os psicólogos entrarão em contato para agendamento.**